Orlando Raimundo

O ÚLTIMO SALAZARISTA
A outra face de Américo Thomaz

Índice

Introdução: O obscuro homem de branco 11

1. Sob o signo da ditadura 15
2. Protegido da rainha 19
3. Fora de combate 23
4. À descoberta do mar português 29
5. Preso por cobardia 35
6. O vapor maldito 41
7. As novas caravelas 47
8. A vassalagem 55
9. De vento em popa 61
10. O renegado Craveiro Lopes 67
11. Não pensa, logo existe 73
12. A grande fraude 81
13. Em nome do Pai, do General e da Decência 85
14. A ascensão dos Ultras 91
15. Fugas e contra-ataques 95
16. Xeque ao Bispo 101
17. O Imperador negro 105
18. O inquilino das Lajes 109
19. 1961: O *Annus Horribilis* 115
20. Dar a volta a Jânio Quadros 121
21. A traição a Botelho Moniz 125
22. O herói de Damão 133
23. Franco: o caríssimo amigo 137
24. Comboio rigorosamente vigiado 141
25. «Angola é nossa» 147
26. Moçambique, à beira da guerra 153

27. O cadáver incómodo 161
28. O (i)modesto irmão de Nun'Álvares 169
29. O Papa e a vidente 173
30. «Vêm aí os tugas» 177
31. A galegada 183
32. A notícia que mudou a História 189
33. O compromisso secreto 195
34. *Ite missa est* 201
35. Sua Excelência, o palhaço 205
36. A herança 215
37. Teatro do absurdo 219
38. Tranquibérnias da bola 223
39. A morte chegou pela manhã 227
40. Maus presságios sobre S. Tomé 231
41. O riso do Ipiranga 237
42. Conspiração falhada 241
43. Desesperos 247
44. Adeus, querido diário 253
45. Deportado para o paraíso 259
46. O filho da Rosa 265
47. Absolvido por omissão 269

Bibliografia 273
Índice onomástico 283

Introdução
O obscuro homem de branco

Os portugueses com memória da ditadura que dominou o País de 1926 a 1974 recordam o almirante Américo Thomaz, o último Presidente da República do Estado Novo, como uma figura patética. De um modo geral, relacionam a sua personalidade e a sua conduta com as sínteses anedóticas, que ainda hoje perduram, de alguns dos improvisos oratórios que proferiu ao longo dos anos[1]; os outros, os homens e mulheres que já nasceram com a liberdade e a democracia, não sabem nada, ou quase nada, desta obscura personagem que aparece nos livros de História com a imaculada farda branca de oficial da Marinha. Estas duas condicionantes – a primeira porque é manifestamente errada, muito distorcida e excessivamente simplista; a outra por motivos óbvios – justificam, por si só, a investigação

[1] Exemplos: «Esta é uma terra bem interessante, porque estando numa cova está a mais de 700 metros de altitude» (Manteigas, 1 de Junho de 1964); «É a primeira vez que estou cá desde a última vez que cá estive» (Vila Real, 22 de Maio de 1965); «Depois de tudo o que vi só me resta um adjectivo: gostei» (Estaleiros de Viana do Castelo, 23 de Setembro de 1967) ou «Hoje tivemos um dia sumamente positivo: de manhã assistimos à santa missa e de tarde inaugurámos o monumento ao bombeiro» (Aveiro, 13 de Setembro de 1970). É preciso, contudo, relativizar estes dislates, que são meia dúzia no conjunto das 9365 alocuções que proferiu, segundo as suas próprias contas, nos quase dezasseis anos dos seus mandatos.

que se segue e que corresponde a uma tentativa séria de lhe fixar a biografia política.

Para a grande maioria dos cidadãos com memória, Américo Thomaz não passa do caricato «corta-fitas» do regime autoritário, fundado pelo antigo seminarista António de Oliveira Salazar com a ajuda dos militares, que apostava forte nos rituais de celebração. A alcunha foi-lhe aposta logo no início dos anos 1960, quando começou a viajar constantemente pelo País, com a corte atrás, de tesoura na mão, a inaugurar tudo o que lhe aparecesse à frente com ar de novo – da chegada tardia da água canalizada ou da luz eléctrica a uma aldeia perdida na serra à entrada em funcionamento de uma escola, uma escada rolante ou um quartel de bombeiros, a inauguração de uma praça de touros ou de um infantário. Ia a todas, sem queixas nem protestos. Homem taciturno e monocórdico, que se exprimia com notória dificuldade e exasperante lentidão, na juventude já tinha o ar sombrio que o fazia parecer permanentemente mergulhado na *apagada e vil tristeza* de que falava o poeta. Nunca ninguém o viu rir ou dizer uma graça. Os camaradas de armas, com quem se cruzou na Marinha, chamavam-lhe «o Pai Tomás», numa alusão irónica ao sofrido protagonista do *best-seller A Cabana do Pai Tomás,* da escritora norte-americana Harriet Stowe. Haverá, crê-se com alguma certeza, uma relação directa entre esse estado de espírito e o facto de ter sido militar à força, por imposição do pai, que o não deixou escolher a vida que queria. Uma situação que se repetiu com o ingresso na vida política (que em jovem dizia detestar), outra opção contrária à sua vontade.

No início da sua carreira nas Forças Armadas, quando pela primeira vez foi chamado a assumir a condição de combatente para defender a República, ameaçada por uma conspiração fascista, nas vésperas do Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, baixou os braços. E acabou sendo preso no Arsenal do Alfeite e acusado de cobardia. Como foi então possível que um

homem assim, incapaz de se bater pela República, possa ter sido Presidente da República? A explicação estará em grande parte na sua proverbial falta de coragem, desconcertante num militar de carreira, de que voltou a dar provas uma e outra vez. Mas não começa nem acaba aí. Por efeito sentimental da protecção que lhe foi dada em criança pela rainha D. Amélia, a mulher do rei D. Carlos, Américo Thomaz era, sempre foi, um adepto da monarquia absoluta. Absurdo? Sem dúvida! Mas verdadeiro.

É grande a tentação, por tudo o que já se disse, de o considerar uma espécie de Forrest Gump[2] à portuguesa, que nasceu cansado e por isso não corre; e mesmo sem correr consegue chegar longe. A comparação é, todavia, parcialmente exagerada e não corresponde inteiramente à verdade. Alinhado com a ala mais radical do Estado Novo, por influência directa de Ortins de Bettencourt, o criador da Brigada Naval da Legião Portuguesa, e de Henrique Tenreiro, seu comandante efectivo, desde os tempos em que foi chefe de gabinete do ministro da Marinha, Américo Thomaz teve a certa altura poder e exerceu-o. O seu papel foi decisivo em 1961, quando traiu o general Júlio Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional, e fez abortar o Golpe de Estado que iria derrubar Salazar; e foi determinante em 1968, quando amarrou o sucessor de Salazar, Marcello Caetano, ao mastro imperial da nau salazarista, forçando-o a assumir um compromisso solene de nunca abrir mão das colónias sob administração portuguesa.

Durante os seus quase quarenta anos de vida política, desempenhou sempre o papel de facilitador das manobras da ditadura, quer activa, quer passivamente, por puro calculismo. Foi ele quem assinou em 1936 a guia de marcha dos primeiros presos políticos deportados para o Campo de Concentração do

---

[2] Filme norte-americano de Robert Zemeckis, com Tom Hanks no papel do protagonista homónimo.

Tarrafal, em Cabo Verde; teve papel activo na consolidação do poder económico dos primeiros Donos Disto Tudo, em 1945, a começar pelo industrial Alfredo da Silva e pelo banqueiro Espírito Santo; envolveu-se e tirou partido da grande burla eleitoral do regime em 1958 e do aniquilamento traiçoeiro do general Humberto Delgado em 1965. Foi discípulo do coronel Santos Costa, o mais agressivo de todos os salazaristas, cúmplice de Kaúlza de Arriaga, o mandante do Massacre de Wiriyamu, em Moçambique, e confidente de Rosa Casaco, o inspector da polícia política que chefiou o *gang* que assassinou Humberto Delgado em Espanha. E na procissão dos devotos do salazarismo esteve sempre na linha da frente, a segurar o andor.

Ao mostrar a outra face do almirante Américo Thomaz, o autor pensa dar um contributo decisivo para a clarificação dos anos sombrios do salazarismo e do pós-salazarismo, que marcaram o século XX português e condicionaram o presente – para reavivar memórias e contar como foi, no sentido de evitar, assim, que a tragédia possa dar lugar à farsa.

1
Sob o signo da ditadura

Tal como acontece com o nome de Marcello Caetano, com dois *ll,* o apelido de Américo Thomaz, com *th* e *z,* sugere uma ascendência aristocrática que nunca existiu. A utilização da grafia inglesa em todos os documentos oficiais, primeiro requerida e depois exigida pelo próprio, é uma tentativa de dissimular a origem humilde, de que se envergonha e que sempre procurou esconder. A origem do último Presidente da República do Estado Novo está numa aldeia do Ribatejo. E na família de onde provém nunca houve, antes dele, ninguém que se notabilizasse por um qualquer feito ou se distinguisse por um saber acima da média. Gente vulgar, portanto, do povo anónimo, sem história nem pergaminhos.

O pai de Américo Thomaz cresceu de pé descalço, numa família de camponeses pobres, na pequena aldeia de Chãos, no concelho de Ferreira do Zêzere; António Rodrigues Tomás, assim se chamava o progenitor, mal chegou a ir à escola para aprender a ler e a contar. Numa altura em que o trabalho infantil era aceite com grande naturalidade, contribuiu, como era norma, com o seu esforço para o sustento familiar. Nessa época (meados do século XIX), marcada pela pobreza generalizada das populações rurais, quando não pela miséria, o analfabetismo rondava os 80%, sendo mais grave ainda no interior do que no litoral urbano.

Apostado em trocar as voltas ao destino, António mal entrou na idade adulta saiu de casa dos pais, virando costas ao amanho da terra, em busca de melhor vida. Não precisou de andar muito, nem de sair do Ribatejo, para conseguir pão e tecto, ajeitando-se como criado da Casa Grande, na vila do Sardoal, residência senhorial dos fidalgos da linhagem Moura Mendonça, que ao longo das gerações teve entre os seus membros vários cavaleiros do rei.

Com o desaparecimento do clã (Moura Mendonça) – a última geração era constituída por nove irmãos que não deixaram descendentes – António mudou-se para a Quinta do Adro, a curta distância dali, onde arranjou também trabalho como criado, desta vez do bacharel em Medicina D. Anacleto da Fonseca Mota, que chegara a ser presidente da Câmara do Sardoal no reinado de D. Luís. Foi aí que conheceu Maria da Assunção Marques, uma rapariga pobre, nascida no bairro lisboeta de Alcântara, também ela criada dos Mota, com quem se casou e teve filhos.

Após a morte de D. Anacleto, em 1886, Maria da Assunção começou a alimentar a secreta esperança de poder regressar a Lisboa e ao bairro onde nascera. Um dia falou disso à senhora e o sonho concretizou-se: a viúva do bacharel, D. Maria Carlota, que movia influências junto da Corte, escreveu uma carta de recomendação à família real, e os dois, António e a mulher, foram contratados como guardas da Tapada Real da Ajuda. Nem nos seus sonhos mais cor-de-rosa Maria da Assunção alguma vez concebera a possibilidade de chegar tão longe. Servir Sua Majestade era uma honra e um privilégio. O emprego era seguro e o trabalho ajustava-se na perfeição ao homem do campo que o marido fora. Na Tapada encontraram casa de graça para morar e uma vida calma. Os muros que envolviam o parque botânico asseguravam a multiplicação tranquila da caça, que fazia a felicidade de D. Carlos, o rei mal-amado que ali nascera e se casara com Amélia de Orleães, princesa apaixonada.

Quando Américo nasceu, a 19 de Novembro de 1894, António Tomás já tinha conquistado a confiança do rei, caçador exímio, que apreciava a dedicação e o desempenho do súbdito como guarda da Tapada e dos seus recheios. Por essa altura, o casal Tomás tinha já quatro filhos: os dois mais velhos, um rapaz e uma rapariga, já adultos; a segunda menina ainda pré-adolescente, e o mais novo, outro rapaz, a caminho dos três anos.

O nascimento de Américo foi muito difícil e atribulado: Maria da Assunção, que ultrapassara já os 40 anos, correu sério risco de vida durante o parto; tão sério que a sobrevivência da mãe e da criança foi considerada um autêntico milagre. E foi isso que determinou, «em agradecimento ao Senhor pela graça recebida», que o menino fosse baptizado com o nome de Deus. A madrinha foi a irmã mais velha, Maria Isabel, mas a escolha do nome foi assumida por toda a família, unida pela crença: Américo... de Deus.

Dias depois do traumático nascimento, que apesar de tudo acabou por não deixar sequelas de maior, as Cortes voltaram a ser suspensas. À boa maneira portuguesa, não foi preciso disparar um tiro para calar o Parlamento. A suspensão durou quatro meses e abriu caminho a um encerramento ainda mais prolongado, a pretexto da nova lei eleitoral. O futuro Presidente do Estado Novo tinha nascido, assim, sob o signo da ditadura...

O período de autoritarismo que se seguiu, decretado pelo açoriano Hintze Ribeiro, chefe do Governo e líder do Partido Regenerador, traduzia o pensamento de D. Carlos; o monarca ajuizava, no seu obtuso modo de pensar, ser impossível governar em Portugal de outra maneira que não em ditadura; a tal ponto que costumava mesmo aconselhar os sucessivos chefes do Governo a adoptarem essa postura autoritária, para que as reformas legislativas consideradas urgentes pudessem avançar sem obstáculos.

Portas adentro, a família Tomás vivia dias felizes. O clima de paz e tranquilidade que se instalou com o crescimento saudável do rapaz, que chegara a parecer amaldiçoado, contrastava com a agitação das ruas. O ano de 1895 foi quase todo governado em ditadura pelo Partido Regenerador. E a ida às urnas em 17 de Novembro desse ano foi condicionada pelas alterações introduzidas na lei eleitoral, engendradas para impedir a progressão do Partido Republicano. Reagindo à manobra, os partidos da oposição – já não só o Republicano, mas também o Progressista – recusaram-se a participar no escrutínio, deixando que o hemiciclo fosse composto exclusivamente por deputados regeneradores.

2
Protegido da rainha

Nos anos da inocência, em que apesar de viver na cidade grande pode brincar na rua como as crianças da província, o pequeno Américo é razoavelmente feliz. Guiado pelo seu irmão Bernardo, companheiro de brincadeiras, sai com frequência do empedrado à descoberta da natureza, procurando entre as árvores da Tapada da Ajuda, de fisga na mão, ninhos e pássaros.

Amélia D'Orleães, a princesa de França tornada rainha de Portugal, que de quando em vez visita a Tapada, já deu pela existência do filho tardio do guarda António e acha-lhe imensa graça. Protectora de pobres e doentes, a rainha que ganhou grande popularidade distribuindo esmolas aos mais desamparados coloca-o sob sua protecção e, qual fada madrinha, muda-lhe e molda-lhe o destino. Eça de Queirós, que tinha uma verdadeira veneração por D. Amélia, apesar de nunca ter desenvolvido qualquer actividade como adepto da causa monárquica, testemunha essa sua faceta, revelada desde a sua chegada a Portugal, quando assevera que ela «poupava no seu luxo para esbanjar na sua beneficência»[3]. E é assim que o pequeno e franzino Américo, que estava condenado a fazer-se precocemente à vida e a começar a aprender um ofício assim que acabasse a quarta classe, se torna aluno de liceu, privilégio então apenas

[3] Cf. Eça de Queirós em *Notas Contemporâneas.*

reservado aos filhos dos ricos e remediados. A rainha decidiu, a rainha pagou.

Após concluir a instrução primária, numa escola da zona ribeirinha da cidade, o rapaz é então matriculado no Liceu Central da 3.ª zona de Lisboa, por decisão de D. Amélia, para continuar a estudar e se tornar alguém. Corre o ano de 1905 e Portugal está na bancarrota, mergulhado numa crise profunda – de valores materiais e morais. Só a pobreza e a corrupção medram. E não há, no plano internacional, quem empreste o dinheiro de que o País precisa, nem mesmo os agiotas que praticam juros especulativos. A manifesta incapacidade política de D. Carlos, e o seu desinteresse pela coisa pública, fomentam o caos e a miséria. Mas nada disso incomoda os que vivem à sombra protectora da monarquia: Américo faz sempre por merecer a protecção que lhe é dispensada, aplicando-se a fundo nos estudos.

No início do seu primeiro ano de liceu as aulas funcionavam no Palácio Valadares, no Largo do Carmo; mas, passados quatro meses, em Março de 1906, são transferidas para um prédio alugado da Rua do Sacramento à Lapa. Nessa Primavera de descobertas, em que Américo sai pela primeira vez do bairro de Alcântara, as Cortes voltam a encerrar, agora por decisão de João Franco, o chefe do Governo escolhido por D. Carlos, que faz publicar no *Diário do Governo* os seus primeiros decretos ditatoriais. O rapaz não é brilhante nos estudos, mas compensa essa insuficiência com a circunstância de ser marrão, e a protecção da rainha granjeia-lhe fama de bom aluno, apesar de as notas nem sempre serem famosas. E é como se tudo estivesse bem, porque acaba bem.

Porém, quando Américo frequenta o 3.º ano do liceu, o Regicídio desencadeia uma reviravolta na vida não só do País mas também da família: o assassínio do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, a 1 de Fevereiro de 1908, inter-

rompe de vez as caçadas na Tapada da Ajuda e o papel do guarda António torna-se inútil, cessando com isso a protecção da rainha D. Amélia. O Paço da Ajuda, onde haviam decorrido grandes banquetes, fica reservado a cerimónias oficiais, logo após a subida ao trono de D. Manuel II. Só a extravagante D. Maria Pia, a rainha-mãe, lá fica a residir, resistindo à mudança até à implantação da República. D. Amélia refugia-se no Palácio da Pena, carpindo a sua dor, e o pai de Américo perde o emprego.

António Rodrigues Tomás não é, porém, homem de baixar os braços, como já provou no passado. Activista político, inscrito no Partido Progressista, a outra grande formação política que alternava no poder com o Partido Regenerador, surgida da cisão das tendências liberais e monárquicas que se opunham ao seu rival, vai servir-se da política para sair do impasse em que a vida o lançou. Instalado na casa da Calçada da Tapada, nas proximidades do Instituto Superior de Agronomia, inicia um negócio de compra e venda de mercadorias. Sempre fiel à monarquia, chega mesmo a dirigir a secção de Alcântara do Partido Progressista. E a vida recompõe-se.

Nos primeiros tempos dessa nova era, em que os republicanos já ensaiam a reviravolta decisiva, Américo continua mergulhado nos livros, sem dar grande atenção ao que se passa mesmo debaixo do seu nariz. Os negócios do pai correm bem, assegurando a continuidade desejada dos seus estudos.

Um ano depois da Revolução Republicana, em Outubro de 1911, o local das aulas volta a mudar, desta vez para o Liceu Pedro Nunes. E Américo acompanha a mudança. É aí, no edifício da Avenida Pedro Álvares Cabral, que termina o ensino secundário em Junho de 1912. A família aplaude o menino bem-comportado. E, nesse pequeno universo, tudo parece correr no melhor dos mundos.

Subitamente, porém, o efeito ao retardador das ondas de choque que rodearam a implantação da República agravam a

crise económica, latente desde o Ultimato Inglês, e o negócio de António Rodrigues Tomás começa a ruir. Para suprir a crise, o patriarca vê-se obrigando a vender a propriedade que possuía em Ferreira do Zêzere, mas nem isso parece ser suficiente para que Américo possa continuar os estudos na universidade.

Posto a par da situação, este dispõe-se a procurar emprego para ajudar a família, mas o pai tem uma ideia melhor: torná-lo militar e fazê-lo seguir a carreira das armas, à sombra da instituição castrense. A mãe concorda e sugere a Marinha, de que D. Carlos tanto gostava e na qual as fardas são mais bonitas. Américo ainda diz que não quer, lembrando que nunca andou de barco e que não tem vocação nem gosta da tropa, mas não há nada a fazer: quando o pai decide, está decidido.

Contrariado, mas obediente, Américo frequenta na Faculdade de Ciências as cadeiras de acesso à Escola Naval e faz o exame de admissão, para o qual se prepara aplicadamente. Mas chumba nos testes médicos. A razão afigurava-se óbvia, tendo em conta a estrutura física do rapaz: muito magro e franzino, quase esquelético, não tem de modo algum o estofo exigido pelos examinadores militares. Mal tem tempo, porém, de respirar de alívio: o pai insiste na decisão e manda-o recomeçar tudo, fazer exercícios físicos diários e alimentar-se melhor, para se robustecer e tentar uma segunda vez. À cautela, Américo irá preparar-se também para a admissão à Escola de Guerra (actual Academia Militar), mais carecida de efectivos e, por isso, menos exigente, onde poderá iniciar uma carreira no Exército.

Mais disciplinado do que nunca, Américo dedica-se inteiramente aos estudos, decorando integralmente os livros, a ponto de saber em que página está cada matéria. E faz muita ginástica. À segunda vez, obtém excelentes resultados, sendo mesmo considerado o melhor aluno do seu ano. Premiado pela alta classificação que obtém, consegue, pois, ingressar na Escola Naval.

3
Fora de combate

Quando as tropas do czar Nicolau II invadem a Prússia Oriental (território agora repartido pela Polónia, a Lituânia e a Rússia), abrindo fogo sobre os soldados imperiais alemães e dando início à Primeira Guerra Mundial, Américo Thomaz está ainda a caminho da Escola Naval. O Governo republicano optou pela neutralidade, pelo que não há ainda, nesta sexta-feira negra, 7 de Agosto de 1914, militares portugueses envolvidos no conflito. A prudência adoptada pelo presidente Bernardino Machado não agrada, porém, às elites, nem à generalidade da população, que quer Portugal de armas na mão; o povo parece acreditar no efeito regenerador do conflito, como se dele dependesse a felicidade de todos e de cada um. O embaixador de Portugal em Paris, João Chagas, já apelou à mobilização geral. E o Exército quer combater, desafiando abertamente a tendência das autoridades para seguir a recomendação dos aliados ingleses. Os súbditos de Eduardo VII, liderados pelo conde de Oxford, Herbert Henry Asquith, primeiro-ministro em exercício, recomendam a Portugal que não se envolva na guerra enquanto não estiver militarmente preparado. É uma sugestão prudente e acertada, mas a inclinação do País para o abismo, cada vez mais acentuada, faz com que a neutralidade não se mantenha por muito mais tempo.

Convocado para assentar praça no Corpo de Alunos da Armada, na sequência normal da sua admissão na Marinha, Américo Thomaz não está minimamente preocupado com o que se passa na Europa; nem sequer informado, como devia. Encara a carreira militar como uma estopada a que não pode escapar e não lhe passa sequer pela cabeça que o País possa vir a entrar em guerra.

O Partido Democrático apercebe-se, entretanto, de que a cobiça dos Alemães pelas colónias portuguesas em África está em crescendo e que a neutralidade é perigosa, uma vez que retira ao País toda e qualquer possibilidade de entrar nessa discussão. De resto, os velhos aliados não são de confiança: a Inglaterra já tinha tentado «dar» à Alemanha o que não lhe pertencia – os territórios coloniais no Sul de Angola e no Norte de Moçambique – e poderia tentar de novo fazê-lo. Esse diagnóstico pessimista começa por determinar, como medida cautelar, o envio de corpos expedicionários do Exército para Angola e Moçambique em finais de 1914 – o que equivale a dizer que a República abraça, sem hesitações, a causa colonial, como herança que lhe cabe proteger.

No dia em que Américo Thomaz cruza pela primeira vez a barra do Tejo, 10 de Julho de 1915, o cruzador alemão *Königsberg*, glória e orgulho do Kaiser Guilherme II, está prestes a ser afundado em águas africanas pelo fogo cruzado dos navios aliados. Nada que lhe interesse. O dia ficar-lhe-á marcado na memória por um outro acontecimento mais comezinho e igualmente inesperado: a morte da sua irmã mais velha, Maria Isabel, sua madrinha de baptismo. O impacto dessa tragédia familiar, que o deixou muito perturbado, reduziu à dimensão da estatística as dezenas de homens mortos no afundamento do navio.

Dias depois, o Arsenal da Marinha, junto ao Terreiro do Paço, para onde foram levados em Fevereiro de 1908 os cadáveres de D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe após o Regicídio,

e onde Américo aprende a manejar armas, entra de novo em alvoroço. É daí, das instalações militares da antiga Ribeira das Naus, que partem, nessa quarta-feira 23 de Fevereiro de 1916, as forças da Marinha que vão apresar, sob o comando do capitão-de-fragata Jaime Leote do Rego, os navios alemães e austro-húngaros fundeados no Tejo. A decisão, ordenada pelo chefe do governo Afonso Costa a pedido dos ingleses, é justificada com o facto de os barcos estarem ali parados há ano e meio sem servirem a ninguém, quando deveriam estar a transportar mercadorias. Desse modo, Portugal, que não estava na guerra mas sofria os seus efeitos, tinha o direito de os requisitar para o serviço de abastecimento do País. A ordem de apresamento contemplava a possibilidade de o Governo português poder vir a indemnizar, futuramente, os proprietários alemães das embarcações, mas ninguém acreditava nisso.

Organizados à pressa, os alunos da Escola Naval querem ir ver de perto a troca das bandeiras alemãs por bandeiras portuguesas, festejada com uma salva de 21 tiros disparados do cruzador *Vasco da Gama,* mas Thomaz tem medo e não vai; receia eventuais confrontos com as tripulações alemãs e prefere ficar na caserna, supostamente a estudar.

A festa, a que não assiste, cria um novo herói – o capitão Leote do Rego –, que na ponte de comando do contra-torpedeiro *Douro* dirige as operações que culminam com o apresamento de 36 embarcações. Nos outros portos sob jurisdição portuguesa – Douro, Setúbal, Açores, Madeira, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa – foram nacionalizados outros 36 navios[4]. Portugal, que no início da guerra dispunha de uma

[4] Um deles, a barca *Max,* apresada no porto da Horta e inicialmente emprestada aos ingleses, deu origem, já depois da guerra e de ser transformada, ao segundo navio-escola *Sagres,* substituído em 1962 pelo navio-escola *Sagres III,* o actual.

frota ridícula de 14 paquetes e 3 cargueiros[5], em chocante contraste com a dimensão do seu império colonial, fica com 30 navios (depois de ter presenteado os aliados ingleses e franceses com 42)[6]. E recebe ainda um crédito de dois milhões de libras, do banco central britânico, para se abastecer de trigo, de armas e de munições.

Duas semanas depois do confisco dos navios, a 9 de Março de 1916, a provocação tem resposta e a Alemanha declara guerra a Portugal. Está quebrada a neutralidade. Os «boches», como lhes chama o Zé Soldado, estão furiosos com a ousadia e as facilidades concedidas aos ingleses, autorizados a instalar uma base naval na Madeira e a atravessar Moçambique; e reagem contra os obstáculos levantados às forças alemãs, impedidas de comprar carvão para abastecer as fornalhas dos navios a vapor e de adquirir material de guerra.

A declaração de guerra determina o fim antecipado do curso da Escola Naval que Thomaz frequenta, que só deveria terminar no Verão de 1917: as aulas são dadas por concluídas logo em Dezembro de 1916. Colocado na Escola de Torpedos e graduado em Aspirante, Thomaz é mandado subir a bordo do cruzador *Vasco da Gama*, logo em Janeiro de 1917, para aperfeiçoar os seus conhecimentos de hidrografia e se afeiçoar à água dos oceanos. Promovido em Abril ao posto de guarda-marinha, só nessa altura é mobilizado para a guerra, na qual todavia não chegará a disparar um tiro.

O teatro de operações não conta com ele como actor. O mais perto que está da guerra é quando viaja no cruzador *Pedro Nunes*

---

[5] Cf. Luís Miguel Correia, *Paquetes Portugueses.*

[6] Os navios apresados e mantidos em Portugal deram origem à empresa denominada Transportes Marítimos do Estado. No final da guerra, os ingleses devolveram os que ainda existiam e indemnizaram financeiramente os alemães pelas perdas.